

**COLÉGIO OFICINA**  
**LABORATÓRIO DE REDAÇÃO, 03/05 – EXTENSIVO**  
**PROFESSOR EDUARDO DANTAS**

- Tema 1

**TEXTOS MOTIVADORES**

---

**TEXTO 1**

Para combater a pirataria no País, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, assinou nesta quarta-feira (29) um protocolo que reúne as principais medidas que serão tomadas pela pasta, em parceria com o Congresso Nacional e a sociedade civil.

O documento celebra o lançamento da campanha “O Brasil que nós queremos”, que busca soluções para os crimes de contrabando e pirataria no País.

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) revelou que o contrabando gerou perdas de quase R\$ 130 bilhões para o País em 2016.

(Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/governo-formaliza-protocolo-de-combate-a-pirataria>>. Acesso em: 03 abr. 2017)

**TEXTO 2**

Além dos prejuízos que acarreta à economia brasileira, o contrabando de cigarros, armas e drogas alimenta o crime organizado, aumentando a cada dia os índices de violência que afligem a população.

Precisamos evoluir, de uma vez por todas, do discurso para a prática, com medidas que de fato fiscalizem e coíbam essas atividades, incentivando a indústria a voltar a investir, e o comércio, a vender.

Pensando nisso, a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação e o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro -coalizão formada por mais de 70 entidades representativas de setores afetados pela ilegalidade no Brasil- estão unindo forças com o governo

e a sociedade civil para lançar, nesta quarta (29), a campanha "O Brasil que Nós Queremos".

O objetivo é atuar em conjunto na construção de um país melhor, livre do comércio ilegal, que possa gerar mais empregos, renda, arrecadação para os Estados e condições de desenvolvimento econômico para a população, com bases fundadas em princípios éticos.

Temos que combater a corrupção, mas não apenas a que aparece nas manchetes de jornais. Muitas vezes ela está escondida em ações como contrabando, pirataria, fraudes, sonegação de impostos e falsificação.

Essas práticas ilegais somam hoje um rombo em torno de R\$ 130 bilhões, dinheiro que poderia ser investido, por exemplo, na criação de empregos, renda e na melhoria da saúde e da educação.

Precisamos do comprometimento de todos, ou seja, da sociedade, do governo, dos parlamentares, das entidades e das associações. Isso inclui mais cooperação nas atividades de fiscalização e a necessidade de evitar novos impostos, uma vez que os tributos, além de onerar o consumidor final, acabam por impactar negativamente a arrecadação dos Estados.

(Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/03/1870664-o-brasil-que-queremos-ver.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2017)

### **TEXTO 3**

De onde vem e para onde vai a pirataria? No Brasil, ela tem duas vertentes: fabricação local e importação. Na região central do país há lavanderias de jeans, no NE há várias fábricas de bebidas alcoólicas, e no sul, de roupas. Importação: o Brasil é um dos principais mercados receptores de mercadorias falsificadas. Há várias rotas para introduzir os produtos no mercado brasileiro. A principal é China – Brasil. Outras se dão por intermédio do Chile (porto), Paraguai (transporte terrestre oriundo dos portos da Argentina e de Montevidéu), Canal do Panamá (os produtos dele oriundos entram no território brasileiro pela fronteira com a Colômbia), finalmente há outra rota que alcança pelo Oceano Atlântico a costa brasileira, atingindo as cidades de Fortaleza, Recife, etc.

Principais problemas no mundo: Distribuição envolve múltiplos intermediários; falta de interesse político e investimentos; corrupção e conflito de interesses (hoje, sabe-se de vários casos em que políticos são proprietários de lojas que comercializam produtos piratas); demanda é maior que oferta (há várias pessoas querendo comprar produtos de várias naturezas. Se as empresas legalizadas não conseguem atender a essa procura, os consumidores partem para produtos piratas); produtos genuínos geralmente têm preço elevado; existem zonas francas de comércio no mundo; há a falsa percepção de que pirataria é crime sem vítima (mas, na realidade, lesa o patrimônio público, o fisco, impede investimento).

(Disponível em [http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/3/Combate\\_a\\_Pirataria\\_e\\_Agressao\\_22.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/3/Combate_a_Pirataria_e_Agressao_22.pdf). Acesso em: 03 abr. 2017)

## TEXTO 4

A criação de medidas eficientes no combate à pirataria é uma das funções que tem o Ministério da Justiça e Cidadania. Nosso Código Penal classifica como crime qualquer reprodução total ou parcial do trabalho de outrem com o objetivo de obter lucro direto ou indireto sem autorização expressa do autor, do intérprete ou de seu representante.

A CPI da Pirataria, em seu relatório final, sugeriu a criação de um órgão público de inteligência para articulação e implantação de políticas públicas de combate à pirataria. Em razão disso, desde 14 de outubro de 2004, o país conta com uma instância própria para cuidar do assunto. Trata-se do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), instituição responsável pela aplicação de abordagens e métodos inéditos para o tratamento da questão. Em sua composição estão órgãos do poder público e entidades da sociedade civil representadas por setores prejudicados com a pirataria no país.

O CNCP é uma entidade governamental composta por representantes do poder público e privado, iniciativa pioneira no mundo no que se refere à proteção da Propriedade Intelectual. Vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, o Conselho tem a missão de propor e coordenar ações públicas e privadas para prevenir e combater a pirataria e os delitos contra a propriedade intelectual, com a visão de unir todos os brasileiros na causa.

(Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/combate-a-pirataria-no-brasil-voce-sabe-como-funciona>. Acesso em: 03 abr. 2017)

---

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “O combate à pirataria no Brasil”. Na conclusão do texto, apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.